



Arinos espera que a proposta da sua comissão seja a melhor delas

BRASILIA — O Presidente da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, jurista Afonso Arinos, afirmou ontem que a proposta que resultar dos trabalhos da Comissão "será o melhor de todos", referindo-se às outras iniciativas e projetos que deverão surgir até a Constituinte. Arinos disse que a Comissão — que será instalada hoje pelo Presidente José Sarney em solenidade no Ministério da Justiça — é integrada "pelos melhores especialistas do Brasil" e elaborará um trabalho "que vai se impor pela qualidade e pela honestidade".

Arinos trouxe uma proposta de regimento interno da Comissão, que será apresentada aos 50 integrantes hoje, durante uma reunião a portas fechadas, depois da solenidade. O regimento propõe que a Comissão seja dividida em três ou quatro subgrupos, por regiões e por assuntos. Arinos afirmou, no entanto, que os diversos assuntos ainda não estão definidos, pois "a anatomia das Constituições nasce do próprio debate".

O jurista informou que o número de sugestões que tem recebido sobre a nova Constituição é tão grande que a Comissão utilizará um computador — junto com o

Serpro — para catalogar as propostas. Depois de formado um "aglomerado", as sugestões, serão submetidas à Comissão.

Arinos afirmou também que a Comissão deverá convidar consultores, entre juristas, para colaborar com os trabalhos sobre determinados assuntos. O professor Cançado Trindade, especialista em Direito Internacional, por exemplo, poderá ser um dos convidados. O regimento elaborado pelo jurista dispõe também sobre a forma de votação da Comissão para tomada de decisões: assentimento simbólico ou maioria, quando tratar-se de assuntos mais polêmicos. Outra proposta do Presidente da Comissão é que as reuniões sejam fechadas ao público. Segundo ele, reuniões abertas à imprensa seriam muito extensas, "com todos querendo brilhar".

■ O Deputado João Gilberto (PMDB-RS) propôs ontem um entendimento sobre a convocação da Constituinte entre o Governo, as organizações da sociedade e os partidos para dar à Comissão Mista que examina o assunto — da qual faz parte — a função de "redatora técnica do consenso". Sem esse entendimento, segundo ele, a Comissão enfrentará conflitos internos e

seu parecer poderá ser contestado pelo plenário.

Para o Deputado, faltou ao Governo, antes de enviar a emenda de convocação da Constituinte ao Congresso, articulação política para reforçar a proposta, "para não colocá-la em termos de confronto com a sociedade, mas sim em termos de caminho, de solução". Esta falha, em sua opinião, ainda pode ser sanada.

João Gilberto observou que, antes da elaboração da proposta, o Governo não convidou para um encontro sequer o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Herman Baeta. Sem esta mediação com a sociedade, segundo ele, corre-se o risco de a Constituinte ser contestada, o que "seria ruim para o processo político, geraria descrédito e desconfiança na Constituinte".

O Deputado disse ainda que a existência simultânea da Comissão Mista, da comissão de Deputados que recolhe subsídios para a nova Constituição e do simpósio sobre a Constituinte promovido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara poderá provocar um esvaziamento desses organismos, embora não prejudique os debates.

Decreto inclui Freyre, substitui os que não aceitaram e nomeia um negro

BRASILIA — O Presidente José Sarney alterou ontem a composição da Comissão Constitucional, elevando de 50 para 51 o número de membros, para incluir o sociólogo Gilberto Freyre. O decreto com as alterações inclui ainda o ex-Líder do antigo MDB na Câmara Larte Vieira — em substituição a Fábio Konder Comparato, que se recusou a integrar a Comissão. Designa também Hélio Santos, representante da comunidade negra, em lugar de Miguel Seabra Fagundes. E corrige dois erros: Guilhermino Cunha em lugar de José Ferreira Cunha (que não existe) e Luiz Eulário de Bueno Vidigal Filho, nome

completo de Luiz Eulário Vidigal, como foi grafado.

Hélio Santos, indicado pelo Governador de São Paulo, Franco Montoro, é Presidente do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo e substitui Miguel Seabra Fagundes, que também não aceitou a indicação, alegando problemas médicos. Professor de Economia e Finanças da PUC de Campinas e das Faculdades Oswaldo Cruz, com mestrado em economia na USP, Santos pretende realizar vários debates com a comunidade negra de todos os Estados e promover um encontro nacional para recolher sugestões.

Tribunais também mandam sugestões

SALVADOR — Foi aberto ontem à noite, no Bahia Othon Palace Hotel, o XIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, que vai debater, até sexta-feira, 11 testes e promover painéis. As conclusões do Congresso serão encaminhadas à Comissão de Estudos Constitucionais, como subsídios para a futura Constituinte.

Participaram no encontro, entre outros, os professores Miguel Reale Júnior e Josaphat Marinho, o Senador Marcondes Gadelha e representantes de todos os Tribunais de Contas do País e das Controladorias de Contas da Argentina, Colômbia e Peru, além de um auditor do Banco Mundial.